

A crônica no universo jornalístico e literário

Érica Michelline Cavalcante Neiva

Graduanda do último semestre de Comunicação Social / Jornalismo da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia).

Resumo

Este ensaio trata da classificação da crônica como um gênero jornalístico opinativo, procurando mostrar, ao longo do texto, que a narrativa cronística possui características próprias e independentes da categoria opinativa. Discorreremos também sobre a divisão da crônica estabelecida pelo autor Luiz Beltrão; uma sistematização fechada que não prevê a liberdade do cronista como princípio básico na elaboração da crônica. Ainda apresentamos a visão de alguns literatos que consideram a crônica um gênero literário, dividindo-a em diferentes modalidades. Por fim, tentamos mostrar que essa preocupação taxionômica de jornalistas e literatos não consegue ampliar o conceito de crônica; uma narração com enorme riqueza discursiva que perpassa os limites da literatura ou do jornalismo.

Palavras-chave: Crônica; Gênero jornalístico opinativo; Gênero literário; Riqueza discursiva.

Abstract

This essay deals with the classification of chronicle as an opinion journalism genre, looking for to show, throughout the text, that chronicle narrative possess proper and independent characteristics of opinion category. We also discourse on the division of the chronicle established by the author Luiz Beltrão; a closed systematization that does not foresee the freedom of the chronicler as a basic principle in the elaboration of the chronicle. Still we present the vision of some literates that consider the chronicle as a literary genre, dividing it in different modalities. Finally, we try to show that this taxonomic concern of journalists and literates does not succeed to extend chronicle concept; a narrative with enormous discursive richness that goes by the limits of literature and journalism.

Keywords: *Chronicle; Opinion journalism genre; Literary genre; Discursive richness.*

1. Categorias jornalísticas

Os jornais impressos, no século XX, sofreram não apenas transformações do ponto de vista tecnológico com a modernização de suas máquinas, mas também foram tomados por alterações como a sistematização das informações dentro do corpo jornalístico. Essas informações passaram a ser agrupadas de acordo com as semelhanças que possuíam entre si, conforme procedimentos técnico-linguísticos. A esse agrupamento de informações denominamos categorias jornalísticas.

Tais categorias sofrem algumas variações de país para país. No nosso foco de estudo, que compreende o jornalismo brasileiro, elas são constituídas por níveis informativos, interpretativos e opinativos, de acordo com a classificação de Luiz Beltrão. Entretanto, José Marques de Melo, tomando como base a classificação de Beltrão, por ter sido o primeiro estudo sistematizado sobre o tema, define apenas duas categorias – a informativa e a opinativa. O estudioso afirma:

O jornalismo articula-se, portanto, em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa). Daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição e a versão dos fatos [...]. Entendemos que a interpretação (enquanto procedimento explicativo, para ser fiel ao sentido que lhe atribuem os norte-americanos) cumpre-se perfeitamente através do jornalismo informativo (MELO, 1994, p. 63).

124

A informação, de acordo com vários autores do jornalismo, possui caráter opinativo quando nela predomina o aspecto institucional, ou seja, a visão ideológica da empresa sobre os assuntos em destaque. O caráter informativo, por sua vez, caracteriza-se pela busca de matérias fora da redação do jornal. Algumas dessas matérias, segundo a citação acima, podem possuir um teor interpretativo, uma explicação mais apurada em torno do fato jornalístico. Contudo, elas não deixam de apresentar seu caráter primeiro que é o informativo, mesmo que se sigam interpretações sobre o tema.

Cada categoria, seja ela informativa, opinativa ou mesmo interpretativa, é constituída por gêneros jornalísticos. Estes gêneros são agrupados de acordo com a semelhança dos seus aspectos lingüísticos e técnicos. Ou seja, segundo José Marques de Melo, conforme o seu estilo, estrutura narrativa e técnica de codificação (Ibidem, p. 60). Por exemplo, a crônica, nosso objeto de estudo, tanto para Beltrão ou José Marques, constitui-se num gênero

jornalístico situado na categoria de Jornalismo Opinativo; a narrativa cronística caracteriza-se pela predominância de assuntos do cotidiano, do dia-a-dia, como matéria-prima para o cronista.

Sabemos, no entanto, que o conceito de gênero não deve ser algo fechado, ao contrário do que apregoam muitos estudiosos, mas deve estar aberto a possibilidades de enriquecer e ampliar sua carga discursiva e, conseqüentemente, de significados. “Sendo assim, a noção de gênero deve ser ampliada, de forma a possibilitar uma variedade tal de discursos que destrua a própria hierarquia imposta aos gêneros e admita serem eles suscetíveis, não só de misturarem-se, mas de romperem com suas próprias amarras” (RESENDE, 2002, p. 29-30). Assim, toda preocupação em se classificar os gêneros, hierarquizando-os, deve ser substituída por um universo de valores capazes de permitir que se complementem e possam ampliar suas definições.

A categoria jornalística a que iremos nos ater é a do Jornalismo Opinativo, por concentrar nosso objeto de estudo, a crônica. Além dela, esta categoria é formada pelo editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura e carta. Esta divisão é a proposta por José Marques de Melo. Ao contrário da divisão essencialmente funcional, adotada por Luiz Beltrão, que sugere uma separação dos gêneros de acordo com as funções que exercem junto ao público leitor – informar, explicar e orientar – José Marques trabalha um caráter específico para o estudo de cada gênero em que considera estilo, estrutura narrativa e técnica de codificação.

Nesse contexto, “a classificação dos gêneros jornalísticos, para a maioria dos autores, leva em consideração, principalmente, as técnicas utilizadas em cada categoria jornalística para anunciar fatos. Portanto, o gênero jornalístico é estudado de acordo com as especificidades dessas categorias” (PEREIRA, 2004, p. 135-136). Dito isto, inferimos que as especificidades que tornam um gênero pertencente a uma determinada categoria, ou melhor, as regras que definem se um gênero é informativo ou opinativo constituem-se em critérios muito fechados.

Estes critérios visam atender a aspectos funcionalistas, ou seja, estão mais ligados ao mero cumprimento do efeito final e, supostamente calculado, que um gênero tem por obrigação transmitir ao público leitor, do que ao potencial estético e semântico que esse gênero possui e que, se

trabalhado, pode contribuir de forma intensa para o enriquecimento intelectual dos leitores.

Alguns autores estão mais preocupados com a formulação de uma metodologia capaz de definir características específicas para cada tipo de gênero do que com uma teoria ampliada. Uma teoria que possa prever o quanto, na realidade, cada gênero muitas vezes se complementa com o outro. Nisso há uma grande intertextualidade nas matérias jornalísticas, nas quais observamos textos ligados entre si, capazes de transmitir uma riqueza de significados que ultrapassa o conceito restrito de gênero.

É importante frisarmos, contudo, que toda essa divisão do jornalismo em categorias e gêneros atende, antes de tudo, às necessidades mercadológicas que imperam nas empresas jornalísticas. Os preceitos capitalistas definem quais formas de organização são mais rentáveis para o negócio.

As categorias jornalísticas, por exemplo, são formas de delimitar certos procedimentos técnicos como a coleta de informações e a construção dos fatos, capazes de caracterizar um agrupamento de informações, “Enquanto as categorias delimitam fronteiras [...], os gêneros jornalísticos são responsáveis pelo equilíbrio do universo da linguagem jornalística [...]” (PEREIRA, 2004, p.133). Cada gênero jornalístico empreende uma linguagem específica no interior do seu texto. Entretanto, um gênero opinativo, na prática, pode trazer características informativas ou interpretativas. É importante, pois, estar aberto aos múltiplos e diferentes aspectos que possam interagir no corpo do jornal.

Embora os gêneros jornalísticos se constituam como unidades narrativas autônomas (Ibidem, p. 135), a sua independência estética ainda não é plena. Isto é, os discursos produzidos, geralmente, não ultrapassam a referencialidade jornalística e, portanto, não adquirem uma ampla carga de significados. A crônica, contudo, foge deste contexto jornalístico, pois é detentora de uma grande riqueza semântica e lingüística, conforme assinala Wellington Pereira:

O importante é perceber que os gêneros, opinativos ou informativos, demonstram um certo limite na produção de enunciados lingüísticos, sem dar ao leitor amplas possibilidades de “compreender” o texto jornalístico. Isso não acontece com a crônica, porque ela não está presa às regras estabelecidas para a concepção das categorias do jornalismo contemporâneo (Ibidem, p. 140).

O aprisionamento de um gênero aos simples métodos e técnicas de sua categoria pode fazer com que um texto não tenha sua dimensão amplificada, ficando restrito apenas a normas e regras. Não sendo capaz de transmitir ao leitor um discurso jornalístico rico em significados e em possibilidades de leitura.

1.1. A crônica foge à sistematização dos gêneros jornalísticos

A crônica, no jornalismo brasileiro, configura-se como um gênero associado à produção de opinião, isto é, ela está situada na categoria de Jornalismo Opinativo; assim como o editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura e carta. Para os estudiosos a classificação desses gêneros nessa categoria dá-se devido ao caráter de exprimirem um pensamento, uma opinião sobre fatos. Eles também consideram a estrutura da mensagem que segue os interesses da instituição jornalística e assume duas feições: “autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião)” (MELO, 1994, p. 64). Todavia, a adoção dos critérios mencionados acima são um pouco questionáveis quando se trata da crônica.

127

No critério opinião sobre um fato, é interessante tentarmos fazer uma leitura dos objetivos do cronista ao trabalhar sua narrativa. Certamente, seu propósito não está essencialmente relacionado à expressão de um juízo de valor ou mesmo uma opinião. Ele ultrapassa este objetivo ao dar uma autonomia estética ao seu texto, possibilitando inúmeras leituras ao público receptor, conferindo a este um papel de agente, a partir do momento em que lhe atribui a capacidade de decodificar vários dos significados da mensagem.

De acordo com a reflexão desenvolvida no parágrafo anterior, a crônica pode estar aberta à poeticidade, à referencialidade ou mesmo à expressão dos sentimentos do seu autor sobre os fatos do cotidiano. Assim, como também todas essas funções da linguagem podem se misturar, fazendo dela uma narrativa de difícil classificação. Portanto, a opinião é apenas um das características em meio a um universo de possibilidades significativas que fazem da crônica uma narrativa autônoma que não está, necessariamente, veiculada aos preceitos das categorias jornalísticas como declaram muitos estudiosos da área.

A autoria, considerada outro critério de classificação, no caso da crônica, é mais bem explicitada como uma colaboração na qual o cronista não está diretamente ligado à função de opinante dos acontecimentos, mas exerce um papel flexível, na medida em que trabalha com uma certa liberdade de criação. A autoria, assim, não transmite a posição de um alguém irreduzível ou taxativo em seus pontos de vista, que se mostra de certa maneira previsível em suas colocações. Ela esconde por trás uma pessoa que demonstra seus medos, questionamentos, certezas, conjecturas e devaneios.

No aspecto categórico da angulação temporal e espacial, a crônica também não se enquadra completamente, pois não mantém um cumprimento severo a esses critérios. No tocante à temporalidade, a narrativa cronística nem sempre ilustra situações comprometidas com o tempo presente. Ela muitas vezes se utiliza de fatos jornalísticos com uma certa defasagem temporal, uma vez que não é seu propósito dar aos temas utilizados pela imprensa a mesma abordagem dos jornalistas. Ao contrário, ela busca tratar os fatos sem grandes preocupações referenciais, atendo-se às significações interiores que eles podem causar nos indivíduos.

128

É bom lembrarmos que além de trabalhar recriando e redimensionando acontecimentos jornalísticos, o cronista também se ocupa de situações nas quais predominam o sentido conotativo. Neste caso, suas preocupações não se relacionam necessariamente com o universo das notícias, mas se voltam para diversas questões, sejam elas metafísicas, filosóficas, existencialistas, entre tantas outras.

Do ponto de vista da angulação espacial, é muito difícil analisarmos a crônica, pois ela está inserida num universo ampliado. Neste universo pode ser trabalhado o mundo do cronista, do leitor; enfim, é um espaço que compreende as dimensões da vida. Na brincadeira de ser um contador de histórias, o cronista retrata a banalidade da vida cotidiana.

Além da crônica se diferenciar dos outros gêneros que compõem a categoria de Jornalismo Opinativo nos pontos que analisamos acima, ela também possui outros aspectos em destaque: não precisa estar necessariamente ligada a fatores sócio-econômicos ou artísticos; também não segue regras ou normas que limitem sua riqueza semântica e lingüística em busca de uma objetividade jornalística.

Os critérios adotados para classificar os demais gêneros na categoria opinativa, certamente, não são capazes de moldar a crônica e nem de torná-la dependente de preceitos que regem as informações jornalísticas nos diversos espaços dos periódicos.

Diante disso, embora reconheçamos que o jornal seja um dos veículos difusores da crônica e muitas vezes um subsídio de trabalho para as narrativas do cronista, não admitimos, no entanto, a sua classificação como um gênero jornalístico. Isto decorre do fato da narração cronística ter conquistado uma autonomia estético-estilística que vem desde o século XIX, com o escritor Machado de Assis. O jornal, sem dúvida, é um suporte para a materialização da crônica. No entanto, a multiplicidade de significados emitida pelo discurso cronístico, bem como a sua capacidade de imprimir renovações aos recursos lingüísticos, fazem dele um gênero narrativo que supera a referencialidade jornalística.

Além de persistir, entre estudiosos do jornalismo, a classificação da crônica como um gênero opinativo, persiste também, por parte de alguns deles, sua divisão em diversos tipos, considerando-se a variedade de temas que abriga.

129

1.1.1. Diferentes tipos de crônica no jornalismo

Alguns autores, adotando critérios jornalísticos ou literários, propõem a classificação da crônica em variados tipos, conforme a natureza ou tratamento dado ao tema, ou mesmo adotando o caráter literário como parâmetro.

Descreveremos agora a única divisão jornalística da crônica que encontramos ao nosso alcance, feita pelo estudioso Luiz Beltrão, um dos poucos da área que se dedicou a esse objetivo.

Para o autor foi a variedade de temas que caracterizou os diferentes tipos de crônica no jornalismo moderno. Dessa forma, sua classificação se dá quanto à natureza do tema: a) crônica geral – na qual o autor aborda os mais variados assuntos; b) crônica local – trata da vida cotidiana da cidade; c) crônica especializada – focaliza apenas assuntos referentes a um campo específico de atividade (BELTRÃO, 1980, p. 67-68).

Quanto ao tratamento dado ao tema, o autor classifica a crônica como: a) analítica – o texto tem características de um pequeno ensaio científico; b) sentimental – em que predomina o apelo à sensibilidade do leitor; c) satírico-humorística – na qual o objetivo é criticar, com a finalidade de advertir ou entreter o leitor.

Respeitamos o trabalho do autor por desenvolver um dos poucos estudos sistematizados, na área jornalística, sobre os gêneros opinativos, incluindo aí também uma classificação para os diferentes tipos de crônicas. Contudo, pensamos que essa atividade de divisão da crônica, de acordo com a natureza ou tratamento que é dado ao tema, não consegue abrir espaço para uma concepção mais ampla e conscientizadora sobre o assunto.

Classificar, atribuindo adjetivos às mais variadas crônicas reduz esta narrativa, possuidora de tão ricos significados e expressões lingüísticas a uma questão meramente taxionômica. Ou seja, há apenas uma preocupação em organizar essas crônicas de acordo com os critérios estabelecidos, num estudo mecânico que se interessa apenas nos preceitos *a priori* definidos. Será que essa classificação do autor é capaz de abarcar as infinitas crônicas existentes? E quando uma crônica possui uma mistura das várias características elencadas pelo estudioso? E quando ela não possui nenhum desses aspectos?

Não podemos compreender a crônica como um texto com características previsíveis num universo de conceitos fechados. Se assim o fizermos, não estaremos abertos ao potencial dessa narrativa, que se materializa nas várias possibilidades de leitura que oferece ao público receptor. A sua riqueza temática e estético-estilística não se resume a normas taxativas e absolutas. Caso isso acontecesse, não seria possível a sua continuidade e renovação nos jornais diários.

A crônica, contudo, não é apenas objeto de estudo dos jornalistas. A maioria das referências que temos sobre ela parte da literatura, campo no qual muitos autores se debruçam na sua pesquisa. Nessa área, os estudiosos também competem pela classificação da crônica como um gênero literário. Embora o nosso objeto de estudo seja a crônica, enquanto componente do corpo jornalístico, achamos importante situá-la no universo da literatura.

1.2. A crônica no terreno da literatura

A Carta de Pero Vaz de Caminha foi a primeira crônica com sentido de narração histórica no Brasil. Este tipo de relato cronológico feito pelos primeiros portugueses que aqui chegaram foi denominado, por alguns estudiosos, de literatura de informação sobre o novo mundo. Certamente, ao longo do tempo, este sentido histórico e cronológico dado à crônica foi cedendo lugar a uma narrativa veiculada pelos jornais, onde os fatores factual e temporal não são tidos como determinantes.

A narrativa cronística, sobretudo a partir do trabalho do escritor Machado de Assis, foi tomando feições diferentes. Ela passa a discorrer sobre assuntos presentes no nosso cotidiano de forma criativa e em constante renovação. Os mais diferentes temas, por mais simplórios ou sem importância que pareçam ser, nas mãos do cronista, têm um tratamento estético-estilístico capaz de transmitir uma narrativa amparada por um discurso polivalente. Cabe ao leitor decifrar e, principalmente, sentir os significados dessas palavras que não se prendem à objetividade que vemos no corpo do jornal.

131

Mesmo quando a crônica trabalha com fatos jornalísticos, recriando-os, ela tenta ultrapassar a referencialidade própria do veículo, dando uma nova dimensão aos fatos. Como vimos, anteriormente, é por esse e outros motivos que consideramos a relação que a crônica mantém com o jornal impresso, mas não concordamos com a sua inserção na categoria dos gêneros jornalísticos opinativos. E quanto à literatura? Até onde a participação, ao longo do tempo, de jornalistas-escritores no exercício da crônica fazem ou não dela um gênero literário? Como os literatos vêem esta questão?

Para Afrânio Coutinho, os gêneros literários dividem-se em dois grupos. O primeiro é composto pela crônica, o ensaio, o discurso, a carta, o apólogo, a máxima, o diálogo e as memórias, nos quais há uma explanação direta dos pontos de vista do autor, dirigindo-se em seu próprio nome ao leitor ou ouvinte. No segundo grupo estão o gênero narrativo, a epopéia, o romance, a novela, o conto; o gênero lírico e o gênero dramático; no qual o autor se dirige indiretamente ao leitor (COUTINHO, 1997, p. 105). Este último grupo não é compatível com o presente estudo, uma vez que ele visa apenas situar e analisar a classificação da crônica no universo dos gêneros literários.

A crônica, desde seu surgimento nos periódicos, no século XIX, foi em grande parte exercitada pelos chamados escritores-jornalistas. Eram, geralmente, escritores estreados que viam na imprensa um caminho para se profissionalizarem, uma vez que o mercado editorial brasileiro era escasso e os jornais se constituíam numa ponte para uma possível publicação de seus livros. Assim, temos desde nomes como Machado de Assis, Lima Barreto até, por exemplo, João do Rio, Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Clarice Lispector, entre tantos outros.

O exercício da crônica por estes escritores nos jornais diários, entretanto, não se constituiu simplesmente numa transposição da literatura para os mesmos. A narrativa cronística foi conquistando um espaço autônomo que representou uma independência tanto da literatura quanto do jornalismo.

Apesar da autonomia lingüística e semântica alcançada pela crônica, muitos literatos a definem como “um gênero literário de prosa” (COUTINHO, 1997, p. 109). Contudo, há outros defensores de que, na literatura, há o risco de quebrar no leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão, o que não acontece com a crônica que, ao contrário de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas (CANDIDO, 1992, p. 14). A crônica tem em si a capacidade de lidar com o cotidiano de maneira poética, referencial, expressiva, metalingüística ou mesmo metafórica. Ela possui uma riqueza lingüística capaz de incorporar à narrativa diversos sentidos que a situam além dos conceitos de muitos literatos.

Mesmo os autores que trabalham a crônica como um gênero literário assinalam que: “A crônica impôs-se, ainda que discretamente, pelo espírito de independência. E, encarada pelo cunho do individualismo que sempre a distinguiu, o pressuposto é de que o cronista aja sempre de maneira livre e desembaraçada” (COUTINHO, 1997, p. 122). Se o cronista deve trabalhar num espaço onde ele tenha liberdade de criação, é possível que seu produto não necessite, pois, estar sob a custódia de uma classificação de caráter literário ou jornalístico.

Nesse terreno em que os autores abrem espaço para uma crônica livre, ao mesmo tempo tentam aprisioná-la, submetendo-a a classificações categóricas.

1.2.1. A classificação da crônica pelos literatos

Assim, como há no jornalismo uma tentativa, mesmo incipiente, para uma taxionomia da crônica, na literatura encontramos uma maior preocupação neste sentido. Iremos descrever e, posteriormente, comentar sobre a sistematização realizada por Afrânio Coutinho e Massaud Moisés.

A classificação de Afrânio Coutinho leva em consideração os diferentes tipos de crônicas: a) a crônica narrativa – o eixo é uma estória ou episódio, o que a aproxima do conto; b) a crônica metafísica – constituída de reflexões de cunho mais ou menos filosófico; c) a crônica poema-em-prosa – de conteúdo lírico, mero extravasamento da alma do artista ante o espetáculo da vida; d) a crônica-comentário – relata diferentes acontecimentos; e) a crônica-informação – é a que divulga fatos, tecendo sobre eles comentários ligeiros (COUTINHO, 1997, p. 120).

133

Já para o literato Massaud Moisés, de acordo com o caráter literário, a crônica deriva para o conto ou a poesia: a) Crônica e Poesia – enquanto poesia a crônica explora a temática do “eu”, resulta de o “eu” ser o assunto e o narrador a um tempo só; b) Crônica e Conto – prima pela ênfase posta no “não-eu”, no acontecimento que provocou a atenção do escritor (MOISÉS, 1978, p. 251, 254).

Com relação à taxionomia estabelecida por Afrânio Coutinho, percebemos uma tentativa de abarcar os mais singulares tipos de crônica adotando uma nomenclatura transitória, que fixa parâmetros situados entre a literatura e o jornalismo. Por exemplo, ele fala de crônica poema-em-prosa e de crônica-informação.

A constatação na narrativa de uma função poética ou de uma função referencial da linguagem, no entanto, não significa necessariamente dizer que ela é um poema ou uma informação, pois a autonomia estético-estilística alcançada pela crônica permite que ela apresente em seu corpo uma estrutura lingüística e significados amplos.

A poeticidade e a referencialidade, portanto, podem ser uma das várias características presentes na narrativa. Contudo, uma sistematização da crônica dificilmente irá prever os inúmeros e variados elementos que a compõem, geridos por uma enorme liberdade criativa do cronista, a qual dificilmente se prenderá a normatizações.

Quanto à classificação proposta por Massaud Moisés, percebemos uma situação semelhante à análise que fizemos da divisão de Afrânio Coutinho, pois também há uma preocupação taxionômica, não prevendo o universo amplo em que a crônica está inserida. Contudo, a sistematização de Massaud considera apenas a crônica quando esta possui caráter literário. Ele não se refere ao aspecto jornalístico e propõe uma crônica-poema e uma crônica-conto.

A divisão de Massaud considera que a crônica é, em certos momentos, um espaço voltado para expressar as emoções do seu autor – crônica-poema – e, em outros, um espaço que não ilustra essas emoções ou sentimentos, voltando-se apenas para a descrição de um acontecimento – crônica-conto.

Dessa maneira, o autor não se atém às ilimitadas possibilidades significativas e lingüísticas da crônica, reduzindo-a a uma classificação fechada. Não há uma preocupação em se trabalhar a narrativa cronística, conforme as potencialidades que ela tem, capazes de perpassar o jornalismo e a literatura, mas não se limitar somente a essas áreas de conhecimentos.

O cronista possui uma independência em relação ao seu texto que o deixa livre para escrever sem estar preso a classificações, sistematizações, normatizações ou taxionomias. Assim, sua liberdade pode lhe permitir andar por vários caminhos sem, contudo, preocupar-se com o destino que toma nessa caminhada.

Mesmo percebendo a liberdade que o cronista detém na elaboração do seu texto, constatamos a preocupação de estudiosos do jornalismo e da literatura em propor uma taxionomia da crônica. Há uma tendência nessas duas áreas de conhecimento de classificar a crônica ora como um gênero jornalístico, ora como um gênero literário. Existem também os autores que defendem que a crônica ocupa uma posição transitória entre o jornalismo e a literatura.

1.3. Além do jornalismo e da literatura

A crônica, para muitos autores, fica num terreno intermediário, híbrido, transitório entre a literatura e o jornalismo. Nesse caso, alguns estudiosos consideram que ela não tem características próprias que a façam ocupar um espaço independente com relação a essas duas áreas. Isso contraria o nosso posicionamento que, ao longo deste ensaio, apregoa a autonomia estético-estilística da crônica através da sua riqueza lingüística e da variedade de significados que ela pode transmitir ao público leitor.

Definir um conceito híbrido para a crônica é a tarefa de alguns autores que discorrem sobre o tema: “A crônica oscila, pois, entre a reportagem e a literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial, e a recriação do cotidiano por meio da fantasia” (MOISÉS, 1978, p. 247). Essa definição submete a narrativa cronística aos ditames do jornalismo e da literatura, pois a situam ora como reprodutora do mundo dos fatos, ora como representante da imaginação do cronista.

O caráter aberto da crônica a uma variedade lingüística e temática não pode ser retirado de um conceito que a comprime entre o mundo jornalístico e o literário, reduzindo a autonomia de suas propriedades discursivas a delimitações impostas nesses dois universos.

Conforme vimos anteriormente, a crônica não é apenas tomada pela poeticidade literária ou pela referencialidade jornalística. É claro que ela possui características referentes a esses segmentos. É influenciada pelo jornal, seu veículo de propagação e também por elementos da literatura devido ao fato de ter sido, ao longo do tempo, executada, sobretudo, pelos chamados escritores-jornalistas. Mas estas situações ilustram apenas alguns exemplos frente às inúmeras outras características apresentadas pela narrativa cronística, que nem sempre estão ligadas às áreas acima identificadas.

É nesta linha de raciocínio que a crônica é conceituada de forma mais ampla: “Definimos a crônica no espaço jornalístico como uma narrativa que tem independência estética e pode inscrever várias linguagens em seu espaço gráfico, não se limitando apenas aos preceitos da literatura ou do jornalismo” (PEREIRA, 2004, p.170). O autor traz uma definição mais aberta às várias possibilidades de construção da crônica, as quais não estão necessariamente ligadas aos aspectos jornalísticos ou literários.

A crônica possui um espaço autônomo frente às matérias que estão presas ao rigor informativo ou opinativo inerente às categorias jornalísticas. A sua linguagem aproxima-se da oralidade, na medida em que transmite um tom coloquial e simples à narrativa. A renovação que imprime no corpo do jornal é decorrente da autonomia estética, o que lhe possibilita gerar um discurso aberto aos mais diversos sentidos e significados, conforme discorre Luiz Roncari:

A crônica antes de tudo tenta se diferenciar, como se fosse uma visitante ilustre num país bruto, inculto e insensível. Por isso [...] ocupa um espaço fixo, ao invés de ficar flutuando perdida, seguindo a vontade do compositor ou diagramador; não trata dos fatos que têm importância por si mesmos, ao contrário, volta-se justamente para aquilo que passaria despercebido se não fosse o cronista [...] usa uma linguagem diferente, fora dos padrões de registro da notícia, apelando para o **eu**, o gosto e os caprichos pessoais; abaixa ou eleva o registro da linguagem que a circunda, respondendo à rigidez e uniformidade que se dá no jornal ao material lingüístico [...] [grifo do autor] (*Apud* COELHO, 2002, p. 157).

Com base na afirmação acima, é possível dizer que definir a crônica é uma tentativa difícil e de grande ousadia, pois acreditamos que devido à sua essência libertária, ela não deva ser regida por normas e princípios fixos. Talvez ela seja uma visitante, conforme afirma o autor acima, por estar longe das obrigações e imposições que são deliberadas aos outros gêneros. Destaca-se, principalmente, por sua linguagem simples e por seus temas ímpares e singulares. O cotidiano é a sua matéria-prima.

O mérito do cronista está na sua capacidade em tratar de forma leve e humorística, ou de maneira engajada e comprometida, assuntos inusitados. São as temáticas inesperadas e o tratamento humano que o cronista lhes imprime, a razão de provocar no público leitor tamanha admiração. As pessoas se sentem tocadas e, muitas vezes, retratadas nas histórias que lêem.

A magia e a humanidade dessa narrativa, contudo, tende a ser suprimida quando há uma preocupação maior em localizá-la no universo dos gêneros, desconsiderando, assim, um preceito básico, a liberdade criativa do seu autor. Será que podemos situar a crônica num espaço de não-conflito ou, quem sabe, de diálogo entre o campo jornalístico e literário?

1.3.1. Um diálogo possível entre os gêneros

A crônica, como vimos, é situada por muitos autores num terreno híbrido, transitório; creiamos que numa posição meio desconfortável e

inócua. Outros a conduzem para o mundo dos gêneros, identificando-a como gênero literário ou gênero jornalístico.

Assim, muitas vezes são estabelecidos conceitos fechados, nos quais não há espaço para uma tentativa de diálogo entre essas duas áreas. Sabemos que são campos de conhecimentos independentes. Entretanto, até onde, no caso específico da crônica, esse diálogo entre o jornalismo e a literatura pode legitimá-la não como uma narrativa dependente, mas como uma narrativa autônoma que pode, sem problemas, apresentar características desses campos? Até onde o conceito de gênero pode podar as possibilidades discursivas da crônica?

A questão dos gêneros teve origem há muitos séculos. Desde Aristóteles e Horácio, na Grécia Antiga, até a contemporaneidade este assunto vem sendo discutido. As posições dos pensadores e estudiosos variam desde aquelas defensoras de um conceito fechado de gênero, àquelas partidárias da sua dissolução e também as que tomam uma feição mais moderada, defendendo um conceito mais ampliado de gêneros.

Talvez o nosso posicionamento esteja associado a uma concepção de gênero mais vasta, no sentido de não estar presa a normas ou regras que impeçam o seu intercâmbio, ou seja, a troca de propriedades discursivas dentro e fora da área de conhecimento em que atua. “Ao se pensar em gênero como manifestação discursiva, enquanto textos que não são mais do que atos de fala constituídos de propriedades idiossincráticas, abre-se um vasto campo de possibilidades que entram em confronto com o determinismo implícito na antiga noção de gênero” (RESENDE, 2002, p. 29). Entendemos assim, que se trabalhamos o conceito de gênero associado à infinita possibilidade de discursos, certamente, estamos ampliando a sua liberdade de ação dentro e fora do seu campo.

Ao considerarmos a autonomia estética do gênero, no sentido de estender suas significações discursivas além do seu próprio território, pensamos na riqueza semântica e lingüística que essa alternativa pode trazer aos gêneros jornalísticos e literários. Refletimos esses conceitos, sobretudo, pensando-os enquanto manifestações da fala, enquanto discursos, conforme defende Fernando Resende:

Refletir sobre essas manifestações não é classificá-las nem categorizá-las genericamente, pois, desse modo, ficariam restritas ao canônico conceito de gênero e alijadas do processo dinâmico em que elas se dão. Em outras palavras,

abrir o campo de atuação dos discursos jornalísticos e literário não é somente contribuir com a própria idéia de ruptura dos gêneros, mas também pensar esses discursos enquanto variáveis possíveis do solo discursivo como um todo, inserindo-os num universo verbal ampliado (RESENDE, 2002, p. 34).

Pensarmos sobre a variedade discursiva é tomarmos o nosso objeto de estudo, a crônica, não considerando *a priori* a sua inserção como um gênero jornalístico ou literário, é percebermos a sua potencialidade enquanto um discurso rico em propriedades que possibilitam uma variedade de significações junto ao público leitor.

Trabalhar a concepção de crônica no universo fechado dos gêneros, definindo características literárias ou jornalísticas, como se entre esses dois campos houvesse uma muralha que os separasse, é uma forma de não permitir o exercício intertextual da crônica. É a capacidade que ela possui de ter características dessas duas áreas de conhecimento e, ao mesmo tempo, a conquista de sua autonomia estética, o que lhe garante sua riqueza discursiva.

Assim, o diálogo entre o jornalismo e a literatura, considerando a independência entre eles, é uma forma de garantir a troca de propriedades discursivas, dentro de um universo ampliado dos gêneros. “Sendo assim, deve-se não exatamente definir os dois discursos, mas estabelecer variáveis que possibilitem sua aproximação, pensá-los paradigmaticamente, trazendo-os para dentro desse universo verbal ampliado” (Ibidem, p. 40). Portanto, a delimitação e dependência dos discursos, ou mesmo dos gêneros, a regra, normas ou preceitos, normalmente, tendem a aprisioná-los, não permitindo trabalhar todo o potencial que possuem originalmente.

É nesse universo verbal ampliado, no qual as sistematizações ou classificações cedem lugar a uma possibilidade de discursos ricos em significados e sentidos, que pretendemos situar a crônica. Materializada nos periódicos e exercitada por vários escritores-jornalistas, ela foi crescendo e adquiriu uma liberdade nos mais diferentes campos da linguagem, o que a permitiu ser apreciada e contemplada além dos ditames da literatura ou do jornalismo.

Hoje, sentimo-nos atraídos por essa visitante ilustre a quem nos afeiçoamos por tratar das coisas corriqueiras do dia-a-dia. Talvez seja a falta de pretensões em se tornar um texto jornalístico tomado pela objetividade

ou mesmo uma narrativa com ares literários, o que a faz tão próxima de todos nós.

Ela não quer nos impressionar com uma linguagem difícil ou rebuscada. O que ela quer é tomar os nossos corações com o mérito de quem torna a vida mais simples e, por isso mesmo, mais fácil de ser vivida.

Referências Bibliográficas

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo Opinativo*. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

CANDIDO, Antonio (Org.). A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. In: *A vida ao rés-do-chão*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

COELHO, Marcelo. Notícias sobre a crônica. In: *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora. Col. Ensaio transversais, 2002.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e Crônica. In: *A Literatura no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana. Vol. 6, 1997.

139

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2ª ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária – Prosa*. São Paulo: Cultrix, 1978.

PEREIRA, Wellington. *Crônica, a arte do útil e do fútil: ensaio sobre crônica no jornalismo impresso*. Salvador: Calandra, 2004.

RESENDE, Fernando Antônio. *Textuações: ficção e fato no novo jornalismo de Tom Wolfe*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.